

CADERNO DE ENCARGOS

“P027/2023 - Manutenção do Relvado do Estádio Papa Francisco - Fátima, durante 3 anos (97152/2022)”

CONCURSO PÚBLICO (COM PUBLICAÇÃO NO JOUE)

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1. ^a – Definições	3
Cláusula 2. ^a – Objeto	3
Cláusula 3. ^a – Forma e documentos contratuais	3
Cláusula 4. ^a – Prazo de vigência	4
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4
SECÇÃO I – OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	4
SUBSECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 5. ^a – OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	4
Cláusula 6. ^a – Garantia de continuidade da prestação dos serviços	5
SUBSECÇÃO II – DEVER DE SIGILO	5
Cláusula 7. ^a – Objeto do dever de sigilo	6
Cláusula 8. ^a – Prazo do dever de sigilo	6
SECÇÃO II – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE OURÉM	6
Cláusula 9. ^a – Preço contratual e preço base	6
Cláusula 10. ^a – Condições de pagamento	6
CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	7
Cláusula 11. ^a – Penalidades contratuais	7
Cláusula 12. ^a – Força maior	8
Cláusula 13. ^a – Resolução por parte do contraente público	9
Cláusula 14. ^a – Resolução por parte do fornecedor	9
CAPÍTULO IV – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	9
Cláusula 15. ^a – Foro competente	9
CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS	9
Cláusula 16. ^a – Seguros	10
Cláusula 17. ^a – Subcontratação e cessão da posição contratual	10
Cláusula 18. ^a – Comunicações e notificações	10
Cláusula 19. ^a – Contagem dos prazos	10
Cláusula 20. ^a – Legislação aplicável	10
Anexo I – Características do Serviço	11

PROCEDIMENTO Nº. P027/2023/CPA

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JOUE

CADERNO DE ENCARGOS

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Definições

Para o efeito do presente Caderno de Encargos os seguintes termos, quando utilizados em letras maiúsculas, têm o seguinte significado:

1. **MO** – Município de Ourém;
2. **CE** – o caderno de encargos do PROCEDIMENTO;
3. **CCP** – o Código dos Contratos Públicos aprovado e publicado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
4. **CONTRATO** – o contrato a celebrar na sequência da adjudicação a efetuar no âmbito do PROCEDIMENTO;
5. **ENTIDADE ADJUDICANTE** – MO;
6. **ENTIDADE ADJUDICATÁRIA** – Prestador de serviços;
7. **PROCEDIMENTO** – Concurso Público com publicação no JOUE, n.º P027/2023/CPA;
8. **PROPOSTA** – a proposta apresentada ao PROCEDIMENTO pelo adjudicatário;
9. **SERVIÇOS OBJECTO DO CONTRATO** – todos os serviços referidos na cláusula seguinte a prestar pelo adjudicatário nos termos do presente CE.

Cláusula 2.ª

Objecto

1 - O presente CE compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do presente procedimento, que tem por objeto a manutenção de espaços verdes - Estádio Papa Francisco.

Cláusula 3.ª

Forma e documentos contratuais

- 1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do CE identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao CE;
 - c) O presente CE;
 - d) A proposta adjudicada; e,

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª

Prazo de vigência

1 - O contrato vigora durante 3 anos;

2 - A cessação do contrato nos termos do número anterior, não prejudica as demais obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do fornecedor

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

As obrigações do prestador de serviços encontram-se referidas no Anexo I – Características do Serviço do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 6ª

Garantia de continuidade da prestação dos serviços

O **prestador de serviços** deve assegurar a continuidade da prestação de serviços objeto do contrato até ao valor máximo de adjudicação que o MO está disposto a pagar, que corresponde ao preço base referido no n.º 3, da cláusula (9.ª) nona do presente CE e durante o prazo de vigência do contrato.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 7.ª

Objeto do dever de sigilo

1 — O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao município de Ourém, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de (5) cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à protecção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações do município de Ourém

Cláusula 9.ª

Preço contratual e preço base

1 — Pela prestação dos serviços objeto do contrato o MO deve pagar ao prestador de serviços o preço correspondente à execução de todas as prestações que constituem o seu objeto, que equivale ao preço contratual.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3 — O preço global da prestação de serviços não poderá ser superior a **216.000,00 Euros**.

Cláusula 10.ª

Condições de pagamento

1. Para efeitos de pagamento o valor do contrato deve ser faturado em prestações mensais, sucessivas, devendo as faturas ser apresentadas, mensalmente, à secção de contabilidade da entidade adjudicante.

2. A confirmação de cada mês, far-se-á através de um auto de honorários, que será assinado pelo adjudicatário e pelo representante do MO, auto este, que após validação superior, será remetido ao serviço de contabilidade funcionando como ato de validação da fatura. Neste auto será indicado as eventuais penalidades que vierem a ser aplicadas no mês em causa.

3. As quantias devidas pelo MO nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de (60) sessenta dias, observando o cumprimento às normas estabelecidas no sistema de controlo interno do MO, particularmente, face à especificidade dos mecanismos de verificação da regularidade orçamental, financeira e económica subjacente aos processos de despesa pública e aos ganhos de eficiência e operacionalidade, no estabelecimento de planos de gestão de tesouraria mensais, com períodos de pagamento delimitados temporalmente.

4. Para o efeito dos números anteriores, considera-se vencida a obrigação com a realização dos serviços objeto do contrato.

5. Em caso de discordância por parte do MO, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque, transferência bancária ou numerário, consoante for mais fácil ao MO.

7. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta dos bens a fornecer devendo refletir a fatura, os serviços efetivamente fornecidos no período a que se refere.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 11.ª

Penalidades contratuais / Descontos nas faturas

1 - O adjudicatário deverá cumprir obrigatoriamente o contrato com estrita sujeição ao C.E.. Os trabalhos que não estiverem a ser executados de acordo com o estabelecido nas condições técnicas especiais deste C.E., de acordo com as determinações das atas das reuniões mensais ou em obediência a determinações da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, serão sujeitos a penalizações, a descontar diretamente nas faturas mensais apresentadas.

- a) No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao adjudicatário, poderá ser aplicada uma penalidade, calculada de acordo com a seguinte fórmula: $P=V*A/500$, em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor do contrato do fornecimento e A é o número de dias em atraso. Esta penalidade será descontada no valor da prestação mensal.
- b) No caso do incumprimento ser parcial, a penalidade a aplicar mencionada na alínea anterior será calculada de forma proporcional ao numero de operações a realizar prevista para o mês em causa. Esta penalidade será descontada no valor da prestação mensal.
- c) Por cada falta diária ao serviço de cada funcionário obrigatório será aplicada uma penalidade de 150,00 Euros. Esta penalidade será descontada no valor da prestação mensal.
- d) A não apresentação dentro dos prazos fixados do Plano de Atividades ou do Relatório mensal de Atividades dentro dos prazos fixados, ser aplicada uma penalidade de 20 €,

por cada dia de atraso. Esta penalidade será descontada no valor da prestação ou no mês subsequente.

e) Serão ainda aplicadas outras penalizações específicas de acordo com os vários trabalhos a que o adjudicatário não der cumprimento:

- i) Se o adjudicatário não cumprir as notificações da fiscalização, para ressementeira de peladas ou para replantação de herbáceas vivazes no prazo máximo de 10 (dez) dias, a penalidade aplicada nos termos das alienas a) e b) será agravada em 50%.
- ii) A não remoção de manchas de infestantes e sequente ressementeira, no prazo máximo de 8 (oito) dias a contar da notificação da fiscalização conforme previsto no Capítulo III no ponto 1.5 deste C.E., a penalidade aplicada nos termos das alienas a) e b) será agravada em 50%.

2 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Ourém poderá exigir a este o pagamento de uma pena pecuniária, que não poderá ser superior a 20% do preço contratual.

3 - Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Município de Ourém decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Ourém terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Ourém exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 12.^a

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.ª

Resolução por parte do contraente público

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Ourém poderá resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:

- a) Desvio do objeto da prestação de serviços;
- b) Se o incumprimento de algumas das obrigações conduzir à necessidade de repor o relvado do Estádio Papa Francisco e restantes espaços verdes;
- c) Se não forem cumpridas as especificações técnicas e requisitos legais estabelecidos neste caderno de encargos;
- d) Se não cumprir o plano de trabalhos estabelecidos de forma reiterada;
- e) Oposição reiterada ao exercício de controlo da execução do contrato ou repetida desobediência às determinações da entidade adjudicante;
- f) Prestação de falsas informações à entidade adjudicante.

2. O direito de resolução referido no número anterior exercer-se-á mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determinará a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Ourém.

3 - A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta por parte do Município de Ourém com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com incumprimento do contrato.

4 — Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o co-contratante cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento (n.º 1 do Artigo 318.º - A).

Cláusula 14.^a

Resolução por parte do prestador de serviços

- 1 — Os fundamentos de resolução são os previstos na lei.
- 2 — O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 15.^a.
- 3 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV

Resolução de litígios

Cláusula 15.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo V

Disposições finais

Cláusula 16.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro de acidentes pessoais, de quaisquer riscos de acidentes pessoais sofridos pelo seu pessoal ou por pessoal dos seus subcontratados.
2. A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos nos números anteriores, devendo o fornecedor apresentá-la no prazo de 7 (sete) dias.

Cláusula 17.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 18.^a

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.^a

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Ourém, 14 de fevereiro de 2023

O Presidente da Câmara,

(Luís Miguel Albuquerque)

ANEXO I

MUNICÍPIO DE OURÉM

CÂMARA MUNICIPAL

Caderno de Encargos

"P027/2023 - Manutenção do Relvado do Estádio Papa Francisco - Fátima, durante 3 anos (97152/2022)"

CADERNO DE ENCARGOS PARA A
MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS
VERDES DO
ESTÁDIO PAPA FRANCISCO –
FÁTIMA

ANEXO I – CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO

Capítulo I - Características Gerais

1. Obrigações principais do prestador de serviços

1.1 Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

a) Obrigação de executar todos os trabalhos acessórios que, expressa ou explicitamente seja exigida para atingir o objetivo do fornecimento, cumprindo todas as instruções que para tal fim lhe sejam dadas pela fiscalização do Município de Ourém;

b) Obrigação de executar todos os trabalhos não previstos no mapa de medições que se venham a mostrar necessários para a completa execução do objeto da prestação de serviços, desde que lhe sejam ordenados por escrito pelo Município de Ourém (MO) e fornecidos os elementos técnicos indispensáveis para a perfeita execução;

1.2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

1.3. Sempre que o fornecedor sofra atrasos na execução da prestação de serviços, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deverá, no prazo de 24 horas a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, a fiscalização, a fim do Município de Ourém (M.O.), ficar habilitado a tomar providências que estejam ao seu alcance.

1.4. Se os trabalhos a executar na prestação de serviços forem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o fornecedor, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunicará, antes do início dos trabalhos em causa, esse facto à fiscalização, para que esta possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

1.5. O adjudicatário deverá nomear um técnico representante, que será o elemento de diálogo com o(s) técnico(s) do M.O., relativamente a assuntos técnicos e processuais da prestação de serviços. Se o adjudicatário pretender substituir este representante, deverá com antecedência informar a entidade adjudicante por escrito.

2. Local da prestação do serviço

2.1. Os serviços objeto do contrato serão prestados no Estádio Papa Francisco - Fátima

2.2. Se durante a execução do contrato, se verificar que algumas áreas incluídas no objeto da prestação de serviços deixem de existir ou sejam reconvertidas para outros usos, o Município de Ourém poderá incluir no objeto da prestação de serviços outras áreas que perfaçam a mesma área da mesma tipologia.

2.3. A prestação do serviço como referido no 2.1, é no Espaço do Estádio Papa Francisco em Fátima, encontrando-se o espaço repartido pelas áreas indicadas na tabela seguinte:

Tabela 1 – Áreas do Estádio

Estádio	área m²
Relvado campo principal	8268,41
Relvado campo treinos	4473,9
Prados	2980,33
Total	15722,64

3. Forma de prestação do serviço

3.1. O Adjudicatário deverá apresentar, mensalmente, o Plano Mensal de Atividades (PMA), via email (espacos.verdes@mail.cm-ourem.pt), no qual dará conhecimento à fiscalização do M.O. dos trabalhos previstos que se propõe executar no correspondente período de 30 (trinta) dias. O PMA deve ser apresentado até ao dia 5 de cada mês e deve referir a intenção do Adjudicatário no cumprimento do presente C.E. e do Contrato, especificando de forma objetiva, clara e perceptível a distribuição do efetivo da equipa, os transportes a utilizar e os espaços em que tenciona intervir, bem como as ações de manutenção a efetuar em cada dia do mês correspondente.

3.2. O Adjudicatário deverá apresentar, mensalmente, o Relatório Mensal de Atividades (RMA), no qual dará conhecimento, à fiscalização, dos trabalhos executados no período que antecedeu de 30 (trinta) dias, especificando o local, o número de vezes, a periodicidade, os meios envolvidos, assim como todo o tipo de anomalias/incidentes, frequência e número de vezes verificadas, as dificuldades que apresentaram no desenvolvimento das operações, inutilizações de equipamentos e materiais, atos de vandalismo, entre outros.

O RMA deverá ser apresentado até ao dia 5 do mês seguinte àquele a que diz respeito, deverão ser referidas as alterações ao PMA apresentado no mês em questão. O RMA deverá ser entregue via email (espacos.verdes@mail.cm-ourem.pt) e discutido caso necessário, na reunião mensal a agendar sempre que necessário.

3.3. Mensalmente haverá reuniões entre o adjudicatário e a fiscalização do M.O., onde se farão pontos da situação dos trabalhos em curso. Estas reuniões terão lugar na área de intervenção. Nestas reuniões a terem lugar nos meados do período mensal considerado, serão analisados os trabalhos executados no período de 30 (trinta) dias anteriores à reunião e será feita uma planificação dos trabalhos a realizar nos 30 (trinta) dias seguintes, elaborando para tal o Adjudicatário um relatório dos trabalhos executados e um plano de trabalhos para os próximos 30 (trinta) dias. Nunca esta reunião mensal poderá ser invocada, como justificativa da não transmissão imediata de qualquer informação à fiscalização e sempre que se justifique e que seja solicitado por parte da fiscalização, serão efetuadas reuniões intercalares.

3.4. No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.

3.5. Todos os relatórios, registos, comunicações e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

4. Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

4.1. O adjudicatário entregará à entidade adjudicante no prazo de 10 (dez) dias após a conclusão do fornecimento os seguintes documentos:

- a) Listagem dos tempos de rega dos sectores existentes nas áreas abrangidas pelo presente fornecimento;
- b) Plano de adubações e fertilizações;
- c) Listagem de produtos fitossanitários utilizados e respetivas doses;

4.2 A entidade adjudicante poderá, para seu uso exclusivo, proceder à reprodução de todos os documentos referidos no número anterior.

4.3. A entidade adjudicante nomeará técnico(s) que fiscalizará(ão) a prestação de serviços e será o elemento de diálogo com o adjudicatário.

4.4. O M.O. reserva-se o direito de durante e após a execução e sempre que o entender, levar a efeito visitas às áreas afetas à manutenção a fim de verificar se a manutenção dos espaços verdes está a ser feita de acordo com o estipulado neste C.E.. Estas visitas deverão, caso a fiscalização assim o entenda, ser acompanhadas pelo técnico da empresa adjudicatária.

5. Danos Materiais e Humanos

O adjudicatário será responsável por todos os danos causados no decorrer da execução dos trabalhos pelo seu pessoal, quer aqueles que sejam de natureza humana ou material, nomeadamente os danos causados no material vegetal provocados por podas indevidas e feridas causadas pelas roçadoras de fio, nas canalizações existentes nas zonas da prestação de serviços, equipamento, bocas de rega, aspersores, pulverizadores, e demais equipamento de rega e jardim, devendo o adjudicatário reparar com urgência e à sua custa os danos que por ventura ocorram. Qualquer ocorrência desta natureza deverá ser comunicada por escrito ao M.O. para que seja registada. Quaisquer danos resultantes de trabalhos em curso aos quais é alheio o adjudicatário, nomeadamente, reparação ou instalação de infraestruturas gerais que envolvam abertura de valas, acidentes, ou atos de vandalismo que por si sejam detetados, deverão igualmente ser comunicados ao M.O., devendo fazer prova da sua não responsabilidade. A reparação de situações que estejam diretamente relacionadas com ocorrência de acidentes e/ou atos de vandalismo, serão da responsabilidade do M.O. (ex. sistemas de rega danificados, zonas de relvados, prados, danificados devido a uso indevido por terceiros, etc.), excetuando as situações previstas no Caderno de Encargos. Todas as situações, incluindo fornecimento de sementes, tapete de relva, terra viva, equipamento de rega e respetiva reposição, nas áreas afetas à execução do Contrato, serão da responsabilidade do Adjudicatário. A reposição da situação em áreas afetas diretamente à manutenção será da responsabilidade do adjudicatário, assim como o fornecimento de determinados materiais necessários, nomeadamente, material vegetal, sementes, terra viva e algum equipamento de rega. Em qualquer dos casos, o adjudicatário deverá realizar os trabalhos de manutenção previstos sem qualquer quebra de continuidade ou qualidade na execução dos mesmos ainda que para tal tenha de recorrer a situações alternativas, nomeadamente transição de sistema de rega automático para manual. A responsabilidade proveniente de acidentes de trabalho pertence exclusivamente ao adjudicatário. Fazem parte integrante deste C.E. todas as normas dos regulamentos em vigor e que se apliquem aos trabalhos a executar.

6. Equipamento e Fornecimentos

6.1 Material de rega

O fornecimento de material de rega para substituição do existente é, no caso dos pulverizadores, aspersores, solenoides, elementos filtrantes, acessórios associados aos emissores, programadores e peças necessárias para as reparações de ruturas, da responsabilidade do adjudicatário devendo este instalar sempre material equivalente ao danificado, que deverá, antes da instalação, ser aprovado pela fiscalização. É expressamente proibido fazer qualquer alteração ao tipo do material a instalar, sem prévia autorização por escrito do M.O.. É igualmente da sua responsabilidade o fornecimento de material cujo consumo ou desgaste seja inerente às características do material instalado.

No que respeita ao sistema de abastecimento da rede de rega, deve o adjudicatário zelar e manter em bom estado todo o sistema inerente ao funcionamento da rede, como exemplo sistema de bombagem, reles, hidropressores, sondas.

6.2 Água

O fornecimento de água e o controle do contador será por conta do M.O., sempre que se detetem situações de consumos excessivos o M.O., dará conta dos mesmos ao adjudicatário que prestará os devidos esclarecimentos e tomará as medidas necessárias para normalizar a situação. O Adjudicatário deve, ainda, promover a correta gestão dos recursos hídricos decorrente das operações de rega, bem como após um mês do início dos trabalhos de manutenção, deve fornecer os tempos de rega por setor e por zona verde a manter, assim como informar a fiscalização, sempre que houver alterações.

6.3 Máquinas, equipamentos, ferramentas e consumíveis

Compete ao adjudicatário o fornecimento de todas as máquinas e ferramentas necessárias ao objeto deste fornecimento. Compete também ao adjudicatário o fornecimento e aplicação de todos os

combustíveis, lubrificantes, consumíveis, ferramentas, etc. necessários à manutenção de máquinas e ferramentas e à sua conservação em boas condições de funcionamento, e bem assim à boa execução dos trabalhos.

6.4 Fertilizantes, corretivos e produtos fitossanitários

Compete igualmente ao adjudicatário o fornecimento de fertilizantes, produtos fitossanitários, herbicidas, com as características técnicas mais adequadas aos locais a manter. Poderá a fiscalização, exigir ao adjudicatário prova de autenticidade dos mesmos e de quantidades aplicadas, nomeadamente pela apresentação de guias de remessa, ou outra forma que se julgue apropriada. O Adjudicatário deve optar pela utilização de produtos químicos não ofensivos para o meio ambiente e promover a utilização de técnicas operacionais adequadas, assim como poderá e deverá propor à fiscalização, a adoção de medidas que considere adequadas para garantir uma atividade ambientalista correta.

Capítulo II - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS ESPECIAIS

1. Fertilizantes e Corretivos

Usar-se-ão os fertilizantes e corretivos mais adequados para os locais a manter, sendo que devem ser previamente aprovados pela fiscalização.

2. Produtos Fitosanitários

Os produtos a utilizar no tratamento dos diferentes tipos de vegetação deverão ser os mais adequados do mercado e sempre aprovados pela fiscalização.

3. Terra vegetal

A terra a usar em reparações de zonas verdes, retanchas e ressementeiras, deve ser proveniente da camada superficial de terrenos de mata ou da camada arável de terrenos agrícolas sem infestantes. Deverá apresentar as seguintes características mínimas:

- a) Textura franca (10 a 30% de argila, 25 a 50% de areia e 30 a 50% de limo);
- b) Isenta de pedras, torrões, raízes e de materiais estranhos provenientes da incorporação de lixos;
- c) Ph entre 5,0 e 7,0;
- d) 3,0 a 5,0% de Matéria orgânica.

A camada a colocar deve possuir uma espessura mínima de 0,15m, ou segundo indicações da fiscalização.

4. Material vegetal

4.1 Sementes

As sementes a utilizar nas ressementeiras serão conjugações de espécies adaptadas a relvados desportivos, de folha fina e da mesma natureza da já existente. Apresentarão obrigatoriamente o grau de pureza e o poder germinativo exigido por lei. As sementes serão provenientes da colheita, sobre cuja data não tenha decorrido mais de 10 meses.

4.2 Tapetes de relva

Serão produzidos em terrenos arenosos com boa drenagem, utilizando uma mistura de sementes certificadas com a seguinte composição: 80% Festuca arundinacea + 20% Poa pratensis, para utilização em reparações/substituição nos relvados dos campos de treino.

1. Conservação de Relvados e Prados regados

1.1 Rega

A rega é uma operação que deve ser efetuada no caso do relvado e prado de regadio, sempre que as condições hídricas do solo o exigirem, qualquer que seja a época do ano. A periodicidade e intensidade da rega devem ser aquelas que o bom estado do relvado exigir e segundo as indicações da fiscalização. O período do dia mais indicado para a rega é o princípio da manhã. No caso de sistemas automáticos a programação deverá prever regas noturnas, e do durante o dia sempre que necessário. Se a rega for efetuada manualmente com mangueira deve ser utilizado um espalhador tipo chuva, de modo a que o diâmetro da gota não danifique o relvado ou altere a superfície do solo. Quando for efetuada uma sementeira, a rega imediata deve-se-á fazer com as devidas precauções, de modo a evitar arrastamentos de terras ou de sementes. As regas seguintes deverão ser feitas com a frequência e a intensidade necessárias para manter o solo húmido. Após o estabelecimento do relvado/prado de regadio, as regas deverão ter uma periodicidade e intensidade adequadas ao bom estado de conservação do mesmo.

1.2 Corte

As máquinas a utilizar devem ser adequadas às características de cada relvado. As roçadoras de mato com fio só devem ser utilizadas para os acabamentos dos bordos ou em locais onde não seja viável a utilização de outro tipo de máquina. Em parcelas cuja dimensão não permita o corte de relva ou prado com as máquinas adequadas (rotativas ou helicoidais), ou em relvados/prados instalados em taludes, os cortes serão feitos com roçadoras, com ferramenta de corte adequada. A frequência do corte depende sobretudo das condições climáticas, da frequência de rega e de fertilização. No Verão os cortes deverão ser mais frequentes, mas sempre segundo as indicações da fiscalização. A relva deverá apresentar uma altura homogênea de 20-25mm, nunca superior a 26mm, e terá uma cor uniforme sem manchas amareladas. O aumento da frequência dos cortes da relva, elimina grande parte das infestantes e reduz o efeito das diferenças de coloração nos relvados, cuja causa principal é o grande número de infestantes.

1.3 Corte dos rebordos

Nos limites das áreas de relvado e com o objetivo de que estes não invadam os caminhos, lancis ou canteiros, realizar-se-á pelo menos três vezes por ano o corte dos bordos por intermédio de uma pá francesa ou outro equipamento, arrancando a relva em excesso até às raízes.

1.4 Medidas cautelares para proteção do colo de arbustos e árvores jovens

Nos locais em que existam árvores plantadas no relvado devem ser feitas sempre que possível, caldeiras com limites afastados 0,20 m do colo da árvore e o corte dos rebordos deve ter tratamento igual ao descrito anteriormente. Sempre que necessário o colo das árvores ou arbustos deve ser protegido do corte por tubos de plástico ou tubos de rede plástica. Esta determinação torna-se mais importante no caso de árvores e arbustos jovens.

1.5 Mondas

A monda ou limpeza de infestantes serão feitas no caso do relvado, devendo efetuar-se sempre que estas se tornem visíveis à superfície. Não é permitida a existência de ervas daninhas numa percentagem superior a 10%/m². As peladas resultantes deverão ser ressemeadas de acordo com o artigo 1.7 relativo às ressementeiras e no prazo máximo de 8 (oito) dias a contar da notificação da fiscalização, conforme referido neste artigo. Nos relvados implantados há mais de um ano, a monda poderá ser feita com herbicidas seletivos, sempre que estes garantam a sobrevivência das espécies semeadas e desde que essa aplicação seja aprovada pela fiscalização.

1.6 Escarificação

Sempre que se verifique que se forma superficialmente uma camada tipo feltro com mais de 30mm de espessura que dificulte a circulação de ar e água, esta deverá ser rasgada de modo a permitir o normal desenvolvimento das raízes. De igual modo, em profundidade pode criar-se uma camada compacta de solo, que também deverá ser destruída. Deste modo deverão ser efetuadas escarificações no relvado que deverão ser executadas pelo menos uma vez por ano, depois do Inverno ou após o Verão, ou quando a fiscalização der indicações nesse sentido. O corte vertical ou verticut deverá ser feito em alternado com a operação descrita anteriormente, sendo as duas efetuadas pelo menos uma vez por ano.

1.7 Ressementeira

Nas zonas do relvado que por má sementeira ou por desgaste posterior se apresentem “carecas”, deverá realizar-se uma ressementeira, com as mesmas misturas de semente utilizadas aquando da 1.ª sementeira ou de acordo com as indicações da fiscalização, tendo em atenção todos cuidados prévios ao rápido restabelecimento do relvado. Em zonas onde o estabelecimento de sementeiras seja difícil, poderá a fiscalização requerer a colocação de relva em tapete. Se for utilizada a relva em tapete, deve estar assegurada a inexistência de problemas fitossanitários. Todos os trabalhos de ressementeira dos relvados devem efetuar-se em condições climáticas frescas ou húmidas naturais (Primavera e Outono) ou artificiais (rega), para que o relvado possa recuperar/estabelecer-se rapidamente. Para a reparação do dano provocado no relvado, remover-se-á o mais pequeno quadrado de relva ou prado onde se inclua a porção afetada. Em seguida, deverá remexer-se bem a superfície do solo com uma forquilha, fertilizar o mesmo e adicionar uma porção de terra viva de modo a repor o nível do terreno após compactação, e em seguida efetuar a sementeira. Depois do espalhamento das sementes manual ou mecanicamente, segue-se o enterramento das mesmas, que pode ser feito picando a superfície do terreno com ancinho, seguido de rolagem com um rolo normal. Deve sempre atender-se ao grau de humidade em excesso. Após a cobertura das sementes, terá lugar a primeira rega, devendo a água ser bem pulverizada e distribuída com cuidado e regularidade. O lote de sementes a utilizar, de acordo com o respetivo plano de sementeira, ou na ausência deste, segundo a mistura indicada pela fiscalização, deverá ser semeado com a densidade igual a 50 gr/m², ou segundo indicação da fiscalização. Não serão admitidas peladas numa percentagem superior a 0,5% por 1 m², ou seja, peladas com área superior a um quadrado com área de 25cm². Todas as peladas existentes no relvado deverão ser semeadas num prazo máximo de 8 (oito) dias após notificação da fiscalização, mesmo que resultem de obras nas canalizações ou de uso incontroado dos mesmos (sobre pisoteio). Estas ressementeiras deverão ocorrer logo a seguir ao corte da relva.

1.8 Tratamentos fitossanitários

Os tratamentos fitossanitários deverão ser efetuados de forma a cumprir a Lei nº26/2013, de 11 de Abril, o exercício da atividade de prestação de serviços de aplicação terrestre de produtos fitofarmacêuticos, é autorizado às empresas que comprovem dispor de instalações que cumpram o disposto nos n.os 1 e 2 do artigo 5.º, bem como equipamentos apropriados à aplicação daqueles produtos, pelo menos um técnico responsável habilitado nos termos do artigo 7.º e aplicadores habilitados, esta habilitação é reconhecida com a emissão, pelas Direções Regionais de Agricultura e Pescas, dos cartões de identificação personalizados, vulgo Cartões de Aplicador. A aplicação de produtos fitofarmacêuticos em zonas urbanas, zonas de lazer e vias de comunicação devem cumprir as restrições referidas na lei nomeadamente só podem ser aplicados produtos fitofarmacêuticos autorizados e realizadas aplicações de produtos fitofarmacêuticos que obedeçam ao disposto no n.º 1 do artigo 15.º e nas alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 16.º. O Adjudicatário deve utilizar os produtos mais adequados do mercado e desde que aprovados pela fiscalização. Em todas as aplicações de produtos fitossanitários devem ser registadas: data de aplicação, produto aplicado, dose e concentração da aplicação, bem como os produtos fitofarmacêuticos utilizados que devem cumprir a legislação, nomeadamente é proibida a aplicação de produtos fitofarmacêuticos classificados como «Muito tóxicos» (T+), «Tóxicos» (T), «Sensibilizantes» (Xi) ou «Corrosivos» (C), em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 82/2003, de 23 de abril, alterado pelo Decreto –Lei n.º 63/2008, de 2 de abril. Só devem ser utilizados produtos fitofarmacêuticos quando não existam outras alternativas viáveis, nomeadamente meios de combate mecânicos e biológicos, deve-se dar preferência aos produtos fitofarmacêuticos que não contenham substâncias ativas incluídas na lista

de substâncias perigosas prioritárias, estabelecida pelo Decreto -Lei n.º 77/2006, de 30 de março, alterado pelo Decreto -Lei n.º 103/2010, de 24 de setembro, dar preferência aos produtos fitofarmacêuticos de baixo risco ou que apresentem menor perigosidade toxicológica, ecotoxicológica e ambiental e que não exijam medidas adicionais particulares de redução do risco para o homem ou para o ambiente, dar preferência à utilização de equipamentos e dispositivos de aplicação ou técnicas de aplicação que minimizem o arrastamento da calda dos produtos fitofarmacêuticos a aplicar, dar particular atenção à localização dos coletores de águas pluviais ou residuais, interrompendo a aplicação do produto na área circundante de modo a evitar a entrada de calda nos coletores, assegurar que são previamente afixados, de forma bem visível, junto da área a tratar, avisos que indiquem com clareza o tratamento a realizar, a data a partir da qual se permite o acesso ao local tratado, estabelecida de acordo com o intervalo de reentrada que, caso não exista indicação no rótulo, deve ser pelo menos de 24 horas, bem como a identificação da entidade responsável pelo tratamento.

1.9 Fertilizações

As fertilizações, deverão ser com fertilizante de libertação controlada, as vezes necessárias para que o campo se apresente nas melhores condições nutritivas e fitossanitárias, com cor verde uniforme em toda a extensão do campo.

1.10 Conservação do sistema de rega

A conservação dos sistemas de rega existentes nas áreas afetas à manutenção faz parte integrante desta prestação de serviços, isto é, depois do contador ou torneira de segurança, será mantida pelo adjudicatário. A conservação de todo o sistema de condutas, elementos de distribuição, electroválvulas, válvulas de segurança, manómetros, controladores, etc., ficará a cargo do adjudicatário sendo que as avarias, ruturas etc., que por qualquer causa ocorram, deverão ser reparadas no máximo em 48 h após a deteção e comunicação por escrito, sem que a superfície a regar sofra qualquer perturbação. A substituição de qualquer elemento constituinte do sistema de rega deverá ser feita com peças e material igual ou equivalente ao existente, salvo indicação contrária e por escrito ao M.O.. Com prévia autorização do M.O., o adjudicatário poderá realizar melhorias no sistema de rega, que ficarão como propriedade do M.O.. Em qualquer caso no final dos melhoramentos deverá o adjudicatário entregar telas finais e documentação relativa aos trabalhos de melhoramento/alteração efetuados. Regularmente, e sempre que necessário deverá ser verificado o sistema de rega, nomeadamente a programação e o funcionamento dos sistemas de automatização de rega instalados, afinação, limpeza e desentupimento de aspersores e pulverizadores e de um modo geral o funcionamento de todos os elementos da rede, de modo a evitar danos no material vegetal plantado. Nas parcelas das áreas de intervenção que possuam o sistema de rega gota-a-gota, o adjudicatário deverá executar ações de limpeza de fim de linha dos tubos gotejadores para retirar a sujidade existente no seu interior. Nas situações em que existam sistemas de rega com filtragem, deverá o adjudicatário efetuar a limpeza dos filtros, com a periodicidade necessária e substituir os elementos filtrantes sempre que estes se apresentem danificados.

Sempre que se verificarem deficiências de instalação, o adjudicatário deverá informar o M.O., e apresentar a solução para a anomalia, bem como proposta de preços para a sua reparação.

No caso dos sistemas de rega em que o seu funcionamento é acionado pelo sistema de bombagem, sempre que se verifique uma anomalia, deverá o adjudicatário informar a fiscalização, para que a anomalia seja resolvida o mais rapidamente possível.

Se a rega for efetuada manualmente, com mangueira, deve ser utilizado um espalhador tipo chuva, de modo que o diâmetro das gotas não danifique o relvado ou altere a superfície do solo. O horário para proceder à operação de rega corresponderá ao período noturno e às horas de menor calor do dia, porquanto será o período mais adequado tendo em consideração o aumento de eficiência de rega e a necessidade absoluta de poupança e de gestão eficaz da água. Os sistemas de rega automáticos funcionarão obrigatoriamente durante o período noturno e com fracionamento das dotações diárias.

Sempre que as condições climáticas (imprevisíveis) e o calendário desportivo (dias de jogo) assim o exijam, deverão ser efetuadas regas complementares, estando previstos no calendário desportivos um acréscimo de 50 dias/época (fins-de-semana/feriados), além da manutenção normal.

1.11 – Operações a efetuar no relvado (campo principal e campo treinos) – específicas relvado principal

A recuperação do relvado, deverá ser efetuado sempre que haja utilização do campo (jogos oficiais e treinos), recorrendo aos meios mais indicados para a referida operação. Ressemeiar as zonas peladas, colocação de areia, tapamento de buracos, poderá ser utilizada relva tapete para substituição de zonas de relvado com mais desgastes.

A marcação das linhas do campo, deverão ser efetuadas as vezes necessárias para a realização dos jogos e treinos, com tinta apropriada para os relvados.

Realizar as operações de arejamento do solo, sempre que o relvado se encontre com zonas compactadas/encharcadas.

Efetuar o nivelamento do relvado, recorrendo a espalhamento de areia e semente de relva.

Efetuar a intervenções de final da época desportiva, mediante o calendário desportivo, efetuando as seguintes intervenções:

- Verificação de todo o sistema de rega, caixas, emissores, sistema de bombagem;
- Escarificação, para remoção de camada morta da relva;
- Arejamento, através de Verticut e vertidrain;
- Topdress, arejamento do solo em profundidade, para descompactar as camadas inferiores, facilitando o arejamento, a drenagem e o desenvolvimento radicular. Deverá seguidamente efetuar-se o nivelamento com a aplicação de areia;
- Ressementeira de todo o relvado, com a mistura de semente própria para relvados desportivos;

3 - Tabela guia das operações a realizar e periodicidade

Tipo de Vegetação	Operações Culturais a)	Meses												Observações
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Relvados	Rega	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	
	Corte (relvado)	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	
	Mondas	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	
	Arejamento		•				•			•			•	
	Ressementeira/colocação de pastas-tapete													Sempre que necessário
	Tratamentos Fitossanitários			•	•	•	•	•	•	•	•			Sempre que necessário
	Fertilização	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	
	Recuperação	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	

- Todas as operações mencionadas e periodicidade são suscetíveis de sofrer alterações de calendarização, mediante as condições atmosféricas/meteorológicas/fitossanitárias verificadas no decorrer da prestação do contrato.

1.11.1 Outras intervenções

Sendo os campos relvados utilizados para outras práticas desportivas como sejam, o lançamento do peso, dardo, salto em altura (entre outras), deverá também ser assegurado a recuperação dos relvados, sempre que hajam estas atividades (calendário desportivo, treinos).

1.12 Recolha, transporte e depósito de resíduos

Os lixos e resíduos recolhidos e produzidos na sequência dos trabalhos a executar no âmbito deste fornecimento, serão da total responsabilidade do adjudicatário, devendo encaminhá-los de modo adequados para locais autorizados. O adjudicatário não pode efetuar queima de resíduos a céu aberto. A reciclagem de resíduos deve ser prioritária em relação à deposição em Aterro.

2. Normas Gerais

O adjudicatário não pode sob forma alguma, usar a área de intervenção, como zona de viveiro ou de multiplicação de plantas, donde se infere que não poderá haver transporte de material vegetal proveniente da área de intervenção, para fora desta. Todas as plantas consideradas excedentárias deverão ser entregues nos viveiros municipais. Não é permitida a colocação de sinais ou de propaganda nas zonas verdes. O adjudicatário deverá velar para que esta exigência seja cumprida, e, em caso de infração deverá comunicar imediatamente este facto à fiscalização. O ponto relativo a retanhas, ou seja, à reposição a cargo do adjudicatário de todas as plantas danificadas e mortas no decurso de uma deficiente manutenção, passa a entrar em vigor a partir do momento em que as lacunas existentes nos espaços verdes, à data deste contrato, estejam preenchidas.

3. Meios Humanos

3.1 Disposições gerais

São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução do fornecimento, à sua aptidão profissional e à sua disciplina. O adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado nesta prestação de serviços, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem. O adjudicatário deverá dispor do pessoal necessário em cada momento e época do ano para uma correta e eficiente realização dos trabalhos de manutenção e conservação. Deverá apresentar durante o 1º (primeiro) mês após adjudicação um quadro com os nomes, cargos de todo o pessoal diretamente afeto ao contrato que, no mínimo, deverá ser:

Tabela 2 – Afetação funcionários - tarefas

Categorias	Unidades	Tarefas a desempenharem	Frequência
Encarregado especialista em Jardinagem	1	Organiza os trabalhos para o que o plano semanal seja cumprido;	Diária
		Zela pela boa execução dos trabalhos;	
		Executa trabalhos da categoria de Jardineiro	
Jardineiros	1	Executam todos os trabalhos mencionados no plano sob a orientação do encarregado técnico;	Diária
		Executam todo o tipo de trabalhos de Jardinagem e Podas;	
		Trabalhos que implicam manejo de equipamentos;	
		Conduzir e operar veículos e máquinas.	
Canalizador	1	Verificação semanal dos sistemas de rega e dos elementos de água;	Sempre que necessário
		Reparação do material de rega e de eventuais ruturas;	
		Afinação dos aspersores/pulverizadores;	
Responsável Técnico	1	Responsável Técnico pelo planeamento, execução dos trabalhos e contacto com a fiscalização;	Semanal
		Elabora os planos necessários a entregar e colabora nos relatórios/atas com a fiscalização;	
		Faz a respetiva gestão em consonância com o encarregado	

Tabela 3 – Afetação Funcionários - resumida

Lote	Categorias	Unidades	Frequência
Lote - Estádio Papa Francisco	Encarregado especialista em Jardinagem	1	1 vez semana
	Jardineiro	1	Diária
	Canalizador	1	1 vez semana
	Responsável Técnico	1	1 vez semana

No que se refere ao responsável técnico o adjudicatário terá como mínimo um técnico superior, que deverá estar afeto à direção e organização dos trabalhos, só podendo ser substituído após consulta e aprovação prévia do M.O.. Este deverá ter no mínimo três anos de experiência na área da manutenção de espaços verdes. Também o jardineiro deverá ter pelo menos três anos de experiência. Deverá ser também indicado qual o responsável pelo contrato por parte da empresa perante o M.O., ou seja, qual o gestor do contrato. Quando necessário, ou por ser uma situação de “ponta” ou por ser um trabalho sazonal ou sempre que se justifique para cumprimento do caderno de encargos, deve o adjudicatário recorrer a afetação parcial para determinados trabalhos sazonais e/ou a técnicos especialista. Na proposta deve ficar explícita a sua % de afetação a esta prestação de serviços. De salientar que o pessoal indicado é o mínimo, na proposta deverá o adjudicatário indicar o pessoal que propõe afetar para o correto cumprimento do caderno de encargos. O horário a efetuar será em função da organização dos diferentes trabalhos, de modo a ser o mais operativo possível. No entanto este deverá ser previamente aprovado pelo M.O., bem como toda e qualquer alteração que venha a ser proposta.

Como referido no ponto 1.10, em que poderia ser necessário efetuar regas suplementares em caso de condições climáticas adversas, estando neste ponto contabilizados 50 dias por ano, os mesmos 50 dias, devem ser incluídos no caso de acompanhamento de outras práticas desportivas que exijam o seu acompanhamento. Estes dias são comunicados atempadamente ao prestador de serviços.

3.2 Horários dos serviços

O serviço será prestado dentro do horário normal de trabalho das 8:00h às 17:00h, com interrupção para almoço. O adjudicatário poderá realizar trabalhos fora das horas regulamentares, ou por turnos, desde que para o efeito obtenha autorização do organismo oficial competente e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente o respetivo programa à fiscalização.

3.3 Vestuário e equipamento de trabalho

Os trabalhadores da empresa devem apresentar-se fardados uniformemente e devidamente identificados com o logotipo da empresa. Tendo em conta a natureza dos trabalhos a desenvolver deverão ser previstas medidas de proteção coletiva de acordo com a legislação em vigor, assim como medidas de proteção individual que passam essencialmente pela utilização do equipamento de proteção individual – EPI, que no conjunto têm por objetivo atenuar os riscos associados às tarefas que cada trabalhador desempenha na prestação de serviços. As medidas de proteção coletiva deverão sempre prevalecer sobre as medidas de proteção individual. Os trabalhadores deverão usar EPI, de acordo com a legislação e normas em vigor. Este equipamento deverá ser o adequado para os vários trabalhos e tarefas a realizar, previstos neste fornecimento.

A Técnica Superior,

Cláudia Vieira, (cm0666)